

O Ornitorrinco urbano: uma nova e velha ideia de cidades

ALLAN BARBOSA MOREIRA*

Resumo: Este ensaio centra-se no estudo da morfologia urbana, buscando descrever estados e processos configuracionais do lugar. Propomos construir teórica e conceitualmente em torno da noção de “ornitorrinco” para d’ornitorrinco urbano, como uma “nova” forma de percepção e análise do campo e das cidades. Partimos da noção “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira e anexamos o “urbano” como termo agregado por referenciar as teorias do “desenvolvimento desigual e combinado, da “produção capitalista do espaço” e do direito à cidade” como tríade crítica sociológica do desenvolvimentismo brasileiro. O espaço urbano, portanto, tem ressignificado seu alcance, em que estes constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-participes de uma lógica própria de práxis urbana.

Palavras-chave: Morfologia urbana; Planejamento urbano e Regional; Desenvolvimento.

Urban Platypus: a new and old idea of cities

Abstract: This essay focuses on the study of urban morphology, seeking to describe the configurational states and processes of the place. We propose to build theoretically and conceptually around the notion of “platypus” for urban platypus, as a “new” way of perceiving and analyzing the countryside and cities. We start from Francisco de Oliveira's notion of “platypus” and append the “urban” as an aggregated term for referring to the theories of “unequal and combined development, “capitalist production of space” and the right to the city” as a critical sociological triad of Brazilian developmentalism. The urban space, therefore, has given a new meaning to its scope, in which they build a symbiosis that are neither opposite nor dual elements, but co-participants in a logic of urban praxis.

Key words: Urban morphology; Urban and Regional Planning; Development.



* ALLAN BARBOSA MOREIRA é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ), membro do Laboratório de Análise Política e Gestão Pública (LAPOGEP).

Introdução

Este ensaio centra-se no estudo da morfologia urbana, buscando descrever estados e processos configuracionais do lugar. Propomos construir teórica e conceitualmente em torno da noção de “ornitorrinco” para d’ornitorrinco urbano, como uma “nova” forma de percepção e análise do espaço urbano, num momento que seu impacto vem sendo pauta de muitos debates acadêmicos e políticos no século XXI.

Os processos de percepção e cognição ambiental como instrumentos do planejamento e construção do espaço urbano, é orientado pela interação dos usuários e o ambiente construído. As transformações alinhadas a este processo, os efeitos e características físico-espaciais definidoras da estética e qualidade de vida urbana, seus níveis de territorialidade, e a simbiose campo-cidade, redesenham as geografias do lugar, e através de seus limites rurais e urbanos, correspondem a noção do ornitorrinco urbano deste ensaio.

Com vista a tentar subsidiar as questões urbanas, em especial à questão ambiental, propomos o conceito do ornitorrinco urbano. Os problemas estruturais causados pelo intensivo e extensivo processo de industrialização das cidades e do campo, nos fizeram questionar o “desenvolvimento desigual e combinado”, a “produção capitalista do espaço” e o “direito à cidade”. A dinâmica de interação espaço-capital pode ser visualizada pela lógica do subdesenvolvimento dos países periféricos e como tal propomos a ideia d’ornitorrinco urbano, como forma interpretativa dos lugares.

O fenômeno discutido neste trabalho se baseia na metáfora “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira, publicado em 2003, como um ensaio interpretativo do

desenvolvimento brasileiro, influenciado pelos processos industriais e urbanos, “atualizando” seu conceito dentro de uma proposta de se postular novas dinâmicas empíricas após 18 anos de sua publicação. O conceito d’ornitorrinco urbano é produzido e pensado como uma “nova” metáfora para o “velho” desenvolvimento econômico posto em prática.

Já o urbano como termo agregado ao “ornitorrinco” se aplica junto ao apontamento de uma sociedade industrial e urbana, voltada para os interesses e necessidades do capital, onde os territórios da cidade e do campo são construídos e transformados em espaços de circulação de capital, mobilidade urbana e diminuição espaço-tempo entre o percurso casa-trabalho-casa. Nessa premissa não temos mais o espaço da cidade e do campo, mas sim ornitorrincos urbanos como forma de mensuração dos lugares.

Resultante da soma “d’ornitorrinco” e do “urbano” surge o conceito do ornitorrinco urbano, onde o amadurecimento do pensamento sobre a cidade, e mais especificamente, em como essas transformações orientado por uma nova práxis urbana do morar e do habitar, está associado a uma ordem econômica posta historicamente, redefinindo não apenas o conceito do lugar, mas também suas geografias ambientais e sociais como um todo. Paralelamente, o sentido proposto “d’ornitorrinco” articula o próprio desenho da cidade, seus espaços e lugares, uma vez que considera o processo moderno das relações produtivas e do consumo, ao passo em que também trata da cidade como espaço de vivência, encontro e sociabilidade, as quais, não necessariamente se moldam na mesma velocidade e substância do “moderno”.

O presente ensaio busca contribuir para a literatura da sociologia urbana, na etapa em que os impactos derivados do processo de industrialização ganham maior relevância na arena de estudos do planejamento urbano e regional (PUR). Tais pesquisas nos revelam transformações estruturais do desenvolvimento brasileiro, provocados pelo processo de urbanização, num contexto de estabelecimento do sistema capitalista enquanto modo de produção — aqui numa interseção crítica entre política, economia e sociedade que espelha o espaço das cidades num escopo geográfico.

Para fundamentar o ornitorrinco urbano dispomos de uma releitura crítica do clássico “d’ornitorrinco”, onde propusemos já no próximo apartado. Anterior à definição do urbano, aproveitaremos o enredo teórico para discutir ruralidades à luz do processo de urbanização. Em seguida, partiremos em busca de possíveis definições para o fenômeno urbano, como conceito agregado à literatura trabalhada. Finalmente, na quarta parte deste ensaio, definiremos o conceito d’ornitorrinco urbano como mais uma forma de expressão urbana.

1. Noções introdutórias d’ornitorrinco

Foi o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira que em 2003 publica seu ensaio, intitulado “O ornitorrinco”, como uma metáfora crítica do subdesenvolvimento brasileiro. Este livro traz uma atualização do clássico “Crítica à razão dualista”, publicado em 1972, pelo mesmo autor. “Dualista” porque os elementos “arcaicos” e “modernos” presentes nas sociedades subdesenvolvidas eram associados e resultavam no desenvolvimento do capitalismo. Em “O ornitorrinco”, “Chico” de Oliveira (2013a) identifica

uma sociedade brasileira híbrida, algo de difícil definição e classificação.

No ensaio de inspiração zoológica Chico de Oliveira (2013a) tem inspiração em trabalhos anteriores de autores, a exemplo de: Cardoso & Faletto (2004), cuja ênfase recaia na dinâmica política entre as classes e grupos sociais no bojo das relações entre econômicas desenvolvidas e periféricas; Fernandes (2005), que aborda o drama da origem burguesa brasileira, que não soube conciliar revolução econômica e revolução social, cabendo assim, ao Estado ser o elo entre interesses privados e o poder público; Furtado (2009), que propunha o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição específica de uma parte do sistema capitalista; por fim, Marini (2012), articula a industrialização na periferia capitalista ao sub-imperialismo brasileiro junto às classes sociais e o caráter de classe no Brasil, destacando o papel da burguesia nacional no capitalismo dependente.

Estas referências foram produzidas entre as décadas de 1960–1970, onde se conjugava as circunstâncias entre o “moderno” e o “arcaico” nas estruturas de desenvolvimento capitalista e a posição do Brasil neste sistema, ao passo em que se analisava estas mediações na própria formação das classes sociais e na estrutura produtiva do país. O conceito “d’ornitorrinco”, portanto, surge num contexto distinto: um processo de globalização das coisas e urbanização dos lugares promovido pela investida do sistema neoliberal nos países em desenvolvimento. Este conceito nasce como espelho das relações políticas, econômicas e sociais, onde se conjugam uma interpretação alternativa sobre o subdesenvolvimento no Brasil. Neste processo, tendo como premissa a necessidade de se postular um conceito

que sume o “avanço” das estruturas econômicas em cotejo com o “atraso” postulado pelas desigualdades sociais e segregação dos espaços, nasce a metáfora “d’ornitorrinco”.

Este bicho estranho tomado como metáfora, paradoxalmente irá mensurar a problemática atuante da cidade e da realidade urbana. Não apenas fenômenos teóricos, mas também suas nuances empíricas, das mudanças sociais, econômicas, ambientais, institucionais e demográficas, onde se associa a dialética rural-urbano, sobre o binômio tradicional-moderno, que fundamenta a noção “d’ornitorrinco” como um elemento chave dos processos de industrialização e urbanização dos lugares, onde é possível lembrar “A Crítica à Razão Dualista” de Oliveira (2013, p. 32) que busca resgatar exatamente essas dualidades, onde o atraso era retomado como técnica de dominação moderna no país.

Num primeiro momento, pensar a industrialização era também, - no âmbito dos anos setenta – não apenas pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, na sua face brasileira, superando seus dualismos, mas ir mais fundo, vinculando formas de dominação e suas condições estruturais atrelada a urbanização. Sobretudo, porque essas dualidades conjugam formas únicas e peculiares como marca do (sub ou neo) desenvolvimentismo brasileiro. Onde para além de conceitualizar uma condição ambiental

scritu sensu dos lugares, o “ornitorrinco” vem a interpretar a quimera da cidade contemporânea, marcado pelo “modelo dual-estruturalista cepalino, do distanciamento cumulativo entre os setores ‘moderno’ e ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013a, p. 37; OLIVEIRA, 2013b, p. 28).

O desequilíbrio brasileiro resultante destes antagonismos intrasetoriais irá caracterizar o país num impasse entre avanço econômico e atraso social, como um dos países mais desiguais do mundo. Para entender as sinergias teóricas “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013a) precisamos entender quais fenômenos teóricos o autor mobiliza para organizar sua crítica sobre o processo de industrialização e urbanização no Brasil. Em suma a noção de avanço e atraso ou do desenvolvimento e subdesenvolvimento, estão anexadas as teorias do “desenvolvimento desigual e combinado¹”, da “produção capitalista do espaço²” e também pela ideia do “direito à cidade³”. Onde pensar as circunstâncias de direcionamento das cidades põe luz a ideia do ornitorrinco urbano deste ensaio.

Deste modo, sobre a necessidade de se criar um conceito que possa definir a realidade contemporânea, o “ornitorrinco” permite sua aplicação relativa ao surgimento do urbano e suas complexidades. Seu uso metodológico e conceitual, descreve a sociedade do século XXI, engendrada a um caráter particular e diferenciado de

capitalismo encontra as respostas necessárias para sua manutenção enquanto sistema. Ver mais em: Lefebvre (1999) e Harvey (2005).

³ O direito à cidade é uma demanda por um acesso renovado e transformado à vida urbana. Ainda o direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade. Ver mais em: Lefebvre (2016) e Harvey (2014).

¹ A lei do desenvolvimento desigual e combinado é a teoria formulada pelo revolucionário marxista russo León Trotsky que compreende a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Ver mais em: Trotsky (1978) e Coggiola (2004).

² A produção capitalista do espaço representa a interação da economia numa escala geográfica expansível, pois é através do espaço que o

desenvolvimento, preso a um impasse evolutivo, onde “avanços” se coadunam à “atrasos” que não apenas incidem, mas marcam a estrutura socioeconômica e política-institucional, em contexto truncado. Um “desenvolvimento desigual e combinado”, como aponta Trotsky (1978). Assim, sobre este entendimento, citamos Chico (2013a, p. 132) na íntegra:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançado, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres.

A noção de “atraso”, segundo Oliveira (2013), especificado pela forma brasileira do subdesenvolvimento, é entendido sobre a precarização de elementos sociais a ganho do setor financeiro, isto é, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (p. 32). Logo, a noção de “atraso”, como instrumento da reprodução das relações capitalistas, engendrado por estruturas rústicas, como a “acumulação por espoliação⁴”, “ao se descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a

acumulação capitalista” (p. 43) irá determinar como o “atraso” se encaixa no mosaico da sociedade capitalista. Como destaca Furtado (2009), não se trata de uma etapa do processo de desenvolvimento, mas uma caracterização própria. A noção do “atraso”, abrange a estrutura “atrasada” da base produtiva, a qual pode absorver ainda mais a mais-valor do trabalhador. Isso permite um grau de expropriação da massa trabalhadora de forma que a taxa de lucro é expressiva.

Já a noção de “avanço”, em Oliveira (2013a, 2013b), se percebe não apenas pelo excesso de estruturas econômicas e urbanização dos lugares, este, entretanto, é identificado “do ponto de vista dos ciclos de capital” através da passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial, “cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado, construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (2013a, p. 42). Como apontam Marini (2012) e Fernandes (2005), este “avanço” é igualmente um fenômeno associado ao sentido periférico em que a estrutura se encontra. Logo, como destacam Cardoso e Faletto (2004), é um “avanço” na medida de sua inserção periférica na ordem capitalista.

No plano teórico o desequilíbrio do “atraso” da agricultura e/ou do setor de serviços não apenas constituía obstáculo ao desenvolvimento industrial-moderno como era funcional a ele, porque pressionava para baixo o custo da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2018, p. 10). Este “avanço” envolve tanto estruturas produtivas

⁴ Aqui podemos resumir o termo “acumulação por espoliação” enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assumindo seu

pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social tem direito. Ver mais em: Kowarick (1993).

como até mesmo elementos legais, como certos “benefícios”, os quais não significam ganhos reais à massa, mas uma forma de o capitalista manter uma relativa taxa de lucro em um sistema em que a exploração é latente. Em resumo a frase ‘é o preço do progresso’ traduz e, ao mesmo tempo, justifica o crescimento caótico das cidades, porém, podemos e devemos nos perguntar: que tipo de desenvolvimento é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui deste crescimento a maioria da classe trabalhadora? (KOWARICK, 1993, p. 36, 44; OLIVEIRA, 2013a).

[...] A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2013a, p. 60)

A noção de “avanço” e “atraso” recente intercalam medidas e propostas percebidas como inerentes ao sistema financeiro-capitalista em termos daquilo que facilita ou não a sua institucionalização e desenvolvimento. Por isso vemos a desregulação do trabalho como forma de “modernização das leis trabalhistas”, ao passo em que convivemos com altos índices de desemprego. Em outra possibilidade: quando pensamos cidades inteligentes para negócios, em que o estabelecimento de troca, consumo e produção local vêm sendo fechados e a cidade se torna de transição. Não estamos mais inseridos no capitalismo industrial, da lógica de produção e consumo, mas uma lógica de facilitação e lastro da estrutura financeira.

Por isso, “avanço” e “atraso” são configurações que devem acompanhar a dualidade que envolve a noção de modernidade, como sugere a atualização “d’ornitorrinco” deste ensaio.

Para além da “crítica à razão dualista”, Oliveira (2013a, 2013b, 2018) traz outras variáveis que conjugam a definição do “ornitorrinco”. Podemos mencionar a divisão social do trabalho, num viés de relacionamento entre avanço do setor industrial, onde este “exército de reserva” está ligada ao espaço das cidades, Vejamos: Chico de Oliveira está preocupado com o uso do fator trabalho para a manutenção de mercado, que necessita de sua precarização, para desenvolver-se enquanto sistema capitalista; Já o conceito do ornitorrinco urbano troca a preocupação econômica, e centra sua atenção para a esfera geográfica, mais próximo a ideia de “espoliação urbana” de Kowarick (1993) e do “direito à cidade” de Lefebvre (2016), onde furta-se as pessoas de participarem da rotina das cidades, e afasta-se o trabalhador da riqueza da sua própria construção.

Outra vertente teórica exposta por Oliveira (2013) atrelada a ideia do “ornitorrinco” está articulada pela definição de “desenvolvimento e subdesenvolvimento” onde somado a autores brasileiros como: Celso Furtado (2009), Marini (2012) e Cardoso & Faletto (2004) – participantes do contexto de lutas da ditadura militar, e testemunhas das revoluções burguesas no Brasil, trazem reflexões do peculiar processo de industrialização e urbanização num primado de uma “evolução truncada”. Temos como símbolo a migração populacional do campo para as cidades, a economia agrícola à industrial e o estabelecimento das Regiões Metropolitanas no Brasil,

dando contorno a um processo de urbanização.

A teoria do subdesenvolvimento está incorporada pelas bases do “desenvolvimentismo”, o que teria desviado a atenção teórica e a ação política do problema de luta de classes, justamente no momento em que uma economia de base agrária se transformava em uma economia industrial (OLIVEIRA, 2013b, p. 29). O intenso processo de industrialização denota avanço (ou desenvolvimento), já o processo de urbanização indica atraso, isso porque seu caráter expansionista traz consigo características subjetivas das cidades como a segregação dos espaços, políticas de gentrificação e revitalização como alternativa – e aqui temos como símbolo o subdesenvolvimento.

Ainda este “ornitorrinco” se atea na busca de compensação do processo de modernização brasileira e sua alimentação pelo atraso, em que pese, os países do “terceiro mundo” se responsabilizam pela matéria-prima a baixo custo e os países de “primeiro mundo” retornam em produtos de baixa qualidade e com alto valor agregado. Aqui, a divisão do trabalho é tecnológica, política, social e jurídica. Onde se considerarmos a evolução truncada do subdesenvolvimento, somada a ideia da dependência⁵ pela conjunção de lugar na divisão social do trabalho, iremos expor os resultados de um sistema capitalista de articulação dos interesses externos (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

Portanto o “ornitorrinco” chiquista está configurado em uma lógica política e econômica de transição, pairando no limbo ao sabor dos imperativos da

globalização neoliberal (OLIVERA, 2018, p. 19). Essa metáfora, porém, não é mais uma chave para a explicação do subdesenvolvimento como leitura e compreensão do Brasil. O ornitorrinco é uma zona de passagem, uma zona de transição que se transformou em zona de detenção (OLIVEIRA, 2013b, p. 42). Essa metáfora não pode mais se apropriar do impulso modernizador no bojo da chamada Segunda Revolução Industrial, deixando de ser “subdesenvolvido” sem, no entanto, ter se tornado propriamente “desenvolvido”. Tal qual o bicho estranho tomado como metáfora, o Brasil se transmutou nisto: não é mais isso nem aquilo, nem um pato e nem um castor, “um enorme saco de gatos” onde cabe tudo (OLIVEIRA, 2013b, p. 19).

Já o conceito do ornitorrinco urbano está orientado por uma práxis urbana tomada por acabada. Onde o intensivo processo de industrialização e extensivo processo de urbanização toma os espaços da cidade e do campo. E é atrelado ao dimensionamento dos espaços que sustentamos o conceito do ornitorrinco urbano, onde procuramos expandir o debate econômico a vias geográficas em caráter “espacial” fomentando o debate acerca das dimensionalidades dos lugares através da dialética do rural e do urbano *sui generis*. Por este motivo acrescentamos as vias urbanas no âmbito das cidades como proposta de atualização do “ornitorrinco” transmutando este conceito para o ornitorrinco urbano.

Após compreender o conceito “d’ornitorrinco” e descobrir novos elementos a luz da discussão sobre o “desenvolvimento e

forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista. Ver mais em: Cardoso e Faletto (2004).

⁵ A postulação essencial da teoria da dependência reside no reconhecimento de que a própria ambiguidade confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a “dependência” a

subdesenvolvimento” brasileiro, sugerimos penetrar sobre a dialética do rural e do urbano. Afinal é dentro da sociologia crítica sobre as formas de expressões dos lugares onde se conjugam o processo de desenvolvimento que surge a discussão das relações de “atraso” e “avanço” do campo e das cidades e que se atrelam ao conceito do ornitorrinco urbano proposto.

1.1. A dialética rural-urbano na lógica do ornitorrinco

A distribuição espacial dos lugares determinada por processos sociais e suas interações com o meio físico, estabelecendo-se uma composição de relações na qual os traços principais são do tipo sócio-econômicos relacionados a diferenciações na apropriação de renda, de recursos naturais e construídos e de tecnologias; do tipo político organizacional; e por variáveis físicas do tipo locais. Esses processos determinam um *continuum* de situações, estímulos, conflitos, condicionamentos e regulações que denominam as ruralidades e urbanidades presentes.

Os desdobramentos metodológicos sobre a classificação dos lugares entrelaçam uma série de questionamentos, pois existem critérios de mensuração dos lugares, cujo objetivo se resume em interpretar seu perfil de desenvolvimento. Nesta premissa, autores como Veiga (2006), Favareto (2007) Kageyama (2008) e Medeiros (2014), se debruçam sobre o conceito de rural e ruralidade, a oposição cidade-campo e as transformações do campo no período recente e a emergência de novas ruralidades, advindas principalmente do processo de urbanização dos lugares.

Em orientação teórica, sob a perspectiva de mensuração dos lugares, pode ser definido como rural, segundo Kageyama (2008, p. 15):

Duas ideias bem gerais permeiam a noção de rural: a primeira é que a ruralidade tem uma essência geográfica; a segunda é que essa essência consiste em algum grau de distância [...] isto é, o rural é de alguma forma uma área afastada ou isolada. [...] Distante ou afastado em relação a quê? [...] A ruralidade poderia ser medida por algum vetor de distância econômica, estimada a partir dos custos para superar fricções impostas pelo espaço.

Para além da generalidade do conceito atribuído a noção do rural por Kageyama (2008), a autora aponta que “não há definição conceitual ou empírica exata para o termo ‘rural’” (p. 16), porém ela expõe três traços predominantes: i. abundância de terras e recursos naturais; ii. significativas distâncias entre os assentamentos rurais e as cidades e iii. muitos de seus habitantes vivem em situação de pobreza. A economia rural passa então a especializar-se em atividades baseadas em seus próprios recursos (terras, florestas, água, etc).

Ainda, sob a definição do “rural”, agora sobre a perspectiva do urbano, podemos compreender que, os “elementos caracterizadores” foram responsáveis pela modificação do espaço do campo, a qual, através da expansão industrial, comercial e imobiliária, se modificou ao longo do tempo, logo:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA, 2001, p. 55).

A transformação dos espaços pelo capital irá influenciar na modificação das vivências e rotinas do campo e das cidades. A heterogeneidade da relação capital-espaço, turva as características destes espaços, tornando difícil sua categorização. Por este motivo a dialética rural-urbano se agrega a discussão “d’ornitorrinco”, isso porque a incapacidade de sintetizar um nome que possa servir homogeneamente a definição do lugar canalizam as análises sobre as configurações urbanas e rurais dos lugares e põe luz ao conceito do ornitorrinco urbano, como forma de mensuração destes espaços.

Surge também a necessidade de empregar determinadas ferramentas metodológicas, cujo fim se baseia na interpretação do nível de ruralidade ou urbanização dos lugares. Para tanto, metodologicamente é necessário o emprego de mecanismos capazes de mensurar a realidade dos lugares, seja teoricamente, como outrora Oliveira (2013) e Trotsky (1978) o fizeram, ou empiricamente, a partir de indicador multidimensionais de desenvolvimento. Contudo, avaliar o fenômeno de desenvolvimento torna-se tarefa difícil, sendo necessário incluir o conceito de desenvolvimento utilizado com as dimensões consideradas e com a disponibilidade de dados (KAGEYAMA, 2008).

Kageyama (2008) sugere o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) que procura reunir numa medida-síntese elementos que permitem classificar seu grau de desenvolvimento. Por norma, o IDR é apenas um índice bruto, mas pode ser um passo inicial para se mensurar uma dada realidade local, e entender como se estabelece o “atraso” e o “avanço” dos lugares e suas dinâmicas. Contudo, para o cálculo dos indicadores propostos por Kageyama (2008) em

termos municipais seria necessário a disponibilidade de uma série de dados que não existem ao nível no Brasil. Por essa razão são necessárias adaptações metodológicas dos indicadores propostos por Kageyama (2008) para que se torne viável a análise do desenvolvimento rural-urbano dos lugares.

1.2. O urbano como termo agregado ao ornitorrinco

O fenômeno urbano é interpretado como um *continuum* do processo de desenvolvimento multissetorial e infraestrutural para outras localidades. O processo de urbanização, possui dois aspectos diferentes. Por um lado, há a questão da definição do fato urbano em oposição ao rural, e a enumeração das características essenciais da cidade. De outro, a definição específica de cada país, para fins estatísticos, e definir o limite a partir do qual a cidade pode começar a ser chamada de entidade distinta dos núcleos rurais ou semi-rurais (CAPEL, 1975).

Neste apartado buscaremos definir o conceito do urbano através de um breve levantamento bibliográfico. Para além de conceitualiza-lo propomos construir um debate que dialogue com o subdesenvolvimento como nexos a discussão de “atraso” e “avanço” dos lugares onde se situa o “ornitorrinco”. Monte-Mór (2007, p. 10) desenvolve um excelente ponto de partida para este momento do texto:

Os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado.

Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação.

Nesse evolucionismo, à qual, se associa o *continuum* da cidade para o campo, definido por Monte-Mór (1994, 2007) pela ideia de “urbanização extensiva”, surge a discussão sobre a “produção capitalista do espaço”, afinal, a concessão de setores responsáveis pela organização do espaço pelo Estado para a iniciativa privada, acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial, onde o capital produz os espaços da cidade e não mais o contrário. Esta “produção capitalista do espaço” irá legitimar o “avanço” em detrimento do “atraso”, influenciado pelas estruturas (sub)desenvolvidas dos espaços (sub)urbanizados.

Já Kowarick (1993) mergulha mais profundamente sobre a ideia de expansão do urbano. Para o autor essa dinâmica se orienta através da moradia de mão-de-obra, onde o fornecimento de moradia pela própria empresa diminuía as despesas com operários, permitindo o barateamento de seus custos. Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a demanda por habitações populares. Essa dinâmica resulta a “urbanização extensiva” (Kowarick, 1993, p. 34).

Onde as empresas transferem assim o custo da moradia, conjuntamente aos gastos com transportes pra o próprio trabalhador, e os relacionados aos serviços de infraestrutura urbana,

quando existentes, para o Estado. Em Kowarick (1993, p. 35)

A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de periferia: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a máquina econômica.

Nesse contexto além do trabalho e da moradia, a ideia da expansão urbana traz consigo outro elemento, também básico na reprodução da força de trabalho: o sistema de transportes. Pois, ao passo que a população se expande no território, cresce a demanda por transportes, e tal exasperação exprime apenas alguns aspectos da intensa e exaustiva locomoção que diariamente se efetiva na metrópole. Aqui a práxis casa-trabalho-casa recrudescer em sua forma mais didática, sobre a ideia de “urbanização intensiva e extensiva” (Kowarick, 1993).

Pra fechar o entendimento sobre a ideia de “urbanização extensiva e intensiva”, Neil Brenner (2018), diz que o processo de urbanização se tornou crescentemente generalizado, onde

A urbanização não diz mais respeito apenas à expansão das “grandes cidades” do capitalismo industrial, aos vastos centros de produção metropolitanos, à dispersão metropolitana e às configurações regionais de infraestrutura do capitalismo fordista-keynesiano, ou às expansões lineares antecipadas de populações das “megacidades” pelo mundo. Ao invés disso, como Lefebvre (2003 [1970]) antecipou aproximadamente quatro décadas atrás, esse processo se desenvolve agora crescentemente através de alongamentos desiguais do “tecido urbano”, composto de diversos tipos e padrões de investimento [...] (p. 34)

Em resumo o mesmo autor acrescenta que estamos testemunhando a intensificação e extensificação dos processos de urbanização em todas as escalas espaciais e em toda superfície do espaço planetário (BRENNER, 2018, p. 35). Isto representa a subversão das necessidades cotidianas dos organismos sociais em uma arena de disputas por moradia, por renda, por direitos e tudo o que é financeirizado pelo capitalismo. Sobre este impasse evolutivo Chico de Oliveira (2013b) pressupõe que as relações de produção irão nortear tanto a economia quanto a sociedade, mas também, as relações de trabalho como forma mais convencional e talvez a forma mais acabada, do ponto de vista empírica de observação dos lugares.

As cidades capitalistas, não são apenas locais estratégicos, escolhidos para a acumulação de capital, elas também são arenas em que os conflitos e contradições são históricas e geograficamente combatidas. As cidades são os pontos-base para a produção, circulação e consumo de mercadorias. E por isso, o processo de “urbanização intensiva e extensiva” se deu de forma diferente no espaço, embora sejam corolários. Essa heterogeneidade dos lugares corresponde a uma nova práxis dos lugares, onde o processo de urbanização já não é mais entendido como uma dinâmica em trânsito. Por esse motivo propomos o conceito do ornitorrinco urbano como forma traduzir e entender a cidade recente.

2. Ornitorrinco urbano

No plano teórico, temos como influência tanto o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013a), sobre a crítica do subdesenvolvimento como ferramenta da política desenvolvimentista brasileira pós-segunda guerra, num contexto de luta de classes e transformação da economia agrária exportadora para

urbano-industrial. Como também as erudições marxistas escritas por Lefebvre (2016), Trotsky (1978) e Harvey (2005), estes amarrados pela ideia da produção desigual e combinada do espaço pelo sistema capitalista.

O conceito d’ornitorrinco urbano nasce no amadurecimento do pensamento sobre a cidade, e mais especificamente, em como as modificações empíricas do pensamento da cidade atual influenciou em suas diferentes definições. Num processo industrial e urbano transformador não apenas do conceito da cidade e suas vivências, mas também suas geografias ambientais e sociais como um todo. Paralelamente, o sentido proposto d’ornitorrinco urbano toma forma pelo desenho da cidade, seus espaços e lugares, uma vez que considera o moderno processo das relações produtivas e do consumo, ao passo em que também trata da cidade como espaço de experiências mundanas, encontro e sociabilidade, as quais, não necessariamente, se moldam na mesma velocidade e substância do “moderno”.

Logo, a ideia de atualizar o conceito “d’ornitorrinco” supõe identificar novas atribuições ao termo, a qual se caracterizam o conjunto de articulações da sociedade recente, onde cada “braço” ou cada “perna” representam um sentido de direção que não necessariamente trabalham de forma independente, isto é, sobre o prisma econômico (por exemplo), quer sobre a industrialização, quer sobre a urbanização, sugere-se pensar sobre a “mão” invisível das relações capitalistas onipresentes institucional e socialmente, pois, embora sejam apresentados de forma “moderna”, seu esqueleto se sustenta a níveis de “atraso”, vistas pela grau de desigualdade.

Se se pretende observar este “ornitorrinco” pela lógica geográfica iremos enxergar um desenho de cidade

marcada pelo processo de industrialização, migração de mão-de-obra, avanço do setor de transportes ligada a ideia de circulação de capital, mobilidade e (i) mobilidade urbana dentro de uma ideia de diminuição do espaço-tempo do trajeto casa-trabalho-casa, e a partir destes elementos pintamos um mundo onde o desenvolvimento e o subdesenvolvimento andam lado a lado. Aqui os “tentáculos” do ornitorrinco são orientados pelo “urbano”.

Precisamos apontar o que nos levou a incluir o “urbano” ao conceito “d’ornitorrinco”. Como já elucidamos o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013) surge como tentativa de se interpretar a formação econômica do Brasil, ou seja, nesse eixo teórico, se encontra a noção do desenvolvimentismo e subdesenvolvimentismo, representado pela produção desigual e combinado do espaço pelo sistema capitalista. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para aludir sobre o que vem através do processo de urbanização, tal qual, Lefebvre (2016, p. 19) apontou como resposta ao processo de “implosão-explosão da cidade” pelo fenômeno urbano. O sentido de urbano também se atrela à centralidade do espaço urbano na lógica do sistema socioeconômico e político-institucional da financeirização do capital, na medida em que este espaço se torna proeminente dos mecanismos de resistência aos signos disputados no desenvolvimento do próprio espaço.

Isso posto, podemos compreender como o conceito d’ornitorrinco urbano pode ser utilizado na definição empírica dos lugares. Metodologicamente este conceito surge como uma metáfora que ajuda a sumarizar as “novas” dinâmicas da sociedade, derivados do processo de industrialização e urbanização, que por

sua vez, não foram suficientes para suprimir as deficiências socioespaciais derivados deste processo. Pelo contrário, a abertura industrial na segunda metade do século XX, a longo prazo, trouxe consigo novas dificuldades infraestruturais, habitacionais e socioambientais. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para definir o resultado do “avanço” do setor econômico, alimentado pelo “atraso” das dificuldades sociais, onde o inverso também pode ser considerado.

O espaço urbano tem ressignificado seu alcance e limite nas configurações do “atraso” e do “moderno”, em que estes constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-participes de uma lógica própria que situa um espaço urbano de negócios e investimentos com alta circulação de capital especulativo. Ao mesmo tempo, trata-se de um espaço urbano nocivo e reativo às pessoas, àqueles que demandam direito à cidade, em termos de acesso, moradia, pertencimento e trabalho.

Em especial, os mecanismos do capital na lógica do sistema de financeirização ditam a organização do espaço urbano, em decisões pró mercado ou, no linguajar midiático, que “animam” ou “agradam” o mercado (como se este fosse um ser dotado de sentimento). Assim, mercados assumem a liderança na proposição de normativas em que o Estado delimita o acesso e regulação da cidade. Estas normativas pensam a cidade como espaço de negócios e exploração do trabalho e do espaço urbano em si – aqui se travam batalhas por normativas “modernas” de “simplificação” ou “desregulação”, mas que, ao cabo dos indivíduos, reforçam mecanismos “arcaicos” de exploração do trabalho e expropriação do lucro e excedente. É notório, assim, o “moderno”

e o “arcaico” redefinido, conjuntamente, num processo. Não podem, em última instância, serem lidos individualmente.

Para ilustrar como o ornitorrinco urbano se comporta como forma de definição do lugar, numa dimensão mais orgânica e menos teórica, utilizamos duas figuras (2 e 3) que representam um determinado espaço, pela qual, não pode ser definido

inteiramente como avançado e nem como um lugar completamente atrasado. Na primeira figura (figura 2), encontra-se o município de Paraisópolis, em São Paulo, e na figura seguinte (figura 3) está representada a favela da Rocinha e ao fundo o bairro de São Conrado no Rio de Janeiro. Podemos realizar a leitura dessas cidades sob a ótica do conceito do ornitorrinco urbano.

Figura 2 – Paraisópolis – São Paulo



Fonte: <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-tuca-vieira-photograph-paraisopolis-portuguese>

Figura 3 – Rocinha e São Conrado – Rio de Janeiro



Fonte: Oliveira (2013b)

Nestes recortes de cidades podemos ensaiar uma breve crítica sobre a definição do lugar: onde existe uma perversa combinação de distâncias físicas e sociais, oriundas da produção capitalista do espaço, que se acumulam como forma de desigualdades sociais de acesso aos recursos das cidades, recursos estes construídos pela mão-de-obra dos agora excluídos. Decisivamente vivemos em uma sociedade profundamente marcada pela distinção territorial de idas e vindas, reproduzidas pelas escalas urbanas desiguais e combinadas. Fenômeno que faz emergir conflitos intrasetoriais na agenda de lutas pelo direito à cidade, uma vez que a cidade (ou o campo) é decisiva para tornar concreta uma espécie de fusão darwiniana do animal fantástico a que propomos.

Por fim, como o título deste trabalho sugere, o ornitorrinco urbano surge como mais uma forma de expressão urbana do espaço e da cidade. Logo, a formação econômica do Brasil consubstanciado pelo desenvolvimento desigual e combinado, pela produção capitalista do espaço e pelo direito à cidade, aparecem como meio do avanço do setor industrial, ou ainda como sintomas das problemáticas urbanas recentes. Portanto, ligado as geografias urbanas sintetizamos em um só termo onde o ornitorrinco urbano se associa enquanto conceito.

3. Considerações finais

Este ensaio buscou contribuir sobre o entendimento do espaço e da cidade sobre a noção d'ornitorrinco urbano como metáfora de análise das condições da sociedade contemporânea, seguidos de suas características políticas, econômicas e sociais, convenientes à discussão sobre o “avanço” econômico e “atraso” das condições sociais.

A responsabilidade de teorizar sobre as estratégias político-econômicas em comunhão a comportamentos socioambientais do Brasil, trazendo consigo um profundo debate de como se resolve as instâncias hierárquicas dos lugares, aqui classificados pelas dimensões de ruralidade e urbanização dos lugares, provoca a necessidade de uma crítica teórica muito cara no campo do desenvolvimento territorial e regional, junto aos estudos técnico-científicos da grande área do campo de públicas.

Isso posto, podemos compreender que o ornitorrinco urbano, para além de ser apenas um termo de referência do evolucionismo territorial recente, aqui está vinculado uma série de questionamentos teóricos da arena de discussão do espaço e da cidade muito frutífera à sua composição enquanto conceito, isto é, a essencialidade do debate sobre o rural e o urbano, ao passo que questiona todo o processo conceitual sobre o ornitorrinco urbano, irá também contribuir para novas perspectivas de apresentação do termo e sua *práxis* urbana, legitimando ainda mais sua aplicação enquanto conceito sociológico.

Referências

- BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018.
- CAPEL, H. **La definición de lo urbano. Reproduzido de Estudios Geográficos.** Madrid: C.S.I.C, 1975.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COGGIOLA, O. Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Novos rumos**, v. 42, n. 19, p. 4-23, 2004.
- FAVARETO, A. Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. p. 79-103.

- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto (Centro Internacional Celso Furtado), 2009.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- KAGEYAMA, A. A. Rural e Ruralidade. In: KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular (Coleção Pátria Grade), 2012.
- MEDEIROS, L. S. D. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. In: _____ **Contemporânea**. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 4, 2014. p. 117-142.
- MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2007.
- MONTE-MÓR, R. L. D. M. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental. In: MILTON SANTOS, R. L. D. M. M.-M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista, O ornitorrinco**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- OLIVEIRA, F. D. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, F. D.; RIZEK, C. S. **Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação, 2013b.
- TROTSKY, L. **Histoire de la Révolution Russe**. Paris: Février, 1978.
- VEIGA, J. E. D. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: _____ **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 3, 2006. p. 123-149.

Recebido em 2021-08-26
Publicado em 2022-05-01